

 <div>GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ</div>	DIAGRAMA DE ESCOPO E INTERFACE DO PROCESSO		
	PROCESSO	P.F.2.02 - AUDITORIA DE REGULARIDADE	
	MACROPROCESSO	AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	DATA DE ATUALIZAÇÃO 23/12/2020 (Versão 01)

CLIENTES	LEGISLAÇÃO E NORMAS
Órgãos e entidades do Governo do Estado do Ceará	FEDERAL: CF/1988; Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 13.019/2014, Jurisprudência do TCU e CGU; IIA Brasil, IA-CM, Normas Brasileiras de Contabilidade, Técnicas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica, Doutrinas e legislação pertinente. ESTADUAL: CE/1989; Lei Complementar nº 119/2012; Decreto Estadual nº 32.810/2018, Decreto Estadual nº 32.810/2018 e Portaria CGE nº 69/2020. INTERNACIONAL: Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework - IPPF)

ENTRADAS	PROCESSO	SAÍDAS
Plano Anual de Auditoria Interna (PAA) Demandas Externas (TCE, ALCE etc.) Demandas Internas (Governador, Secretários de Estado etc.)	<div>VIÇÃO DO CLIENTE</div> <div>Disponibilizar Informações e Documentos</div> <div>Manifestar-se acerca dos achados de auditoria</div> <div>VIÇÃO DA INSTITUIÇÃO</div> <div>Planejar a Auditoria</div> <div>Executar a auditoria</div> <div>Comunicar os Resultados</div>	Relatório de Auditoria Recomendações cadastradas no sistema de monitoramento

PARTES INTERESSADAS	SUORTE	CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E RELACIONAMENTO
Coordenadorias da CGE; Governador do Estado do Ceará; Órgão ou entidade auditada; Assembléia Legislativa; Prefeituras Municipais; Públicos; Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público Federal; TCU; CGU; Sociedade. Consórcios	Plataforma Ceará Transparente; Compras Net; Licitaweb; e-Parcerias; e-PASF; SACC; S2GPR; ODP.Ceará; COTIC/CGE; SISTER, SIOF; SMART; Outros sistemas corporativos do Estado; Máquina fotográfica; Telefone Celular; Notebook; Veículo automotivo.	Sítio institucional da CGE; Teams; Google meet; Zoom; E-mail; Telefone; WhatsApp; Presencial; Sistema Viproc. Plataforma

ATORES	INDICADORES	RISCOS OPERACIONAIS
Auditores de Controle Interno da CGE; Orientador da Célula de Auditoria de Regularidade; Articulador da COAUD; Coordenador da COAUD.	Tempo médio de realização das Auditorias de Regularidade;	Objetivos e escopo de auditoria inadequados quanto à delimitação do tempo de execução da atividade e quanto à avaliação dos pontos críticos do objeto; Aplicação inadequada ou insuficiente dos procedimentos de auditoria; Emissão de opinião inadequada; Relatório de auditoria de difícil compreensão por parte do auditado; Intempestividade na revisão dos produtos;

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	LEGENDA DA SAÚDE DO PROCESSO
A seleção do objeto de auditoria pode ser realizada de diversas formas: Plano Anual de Auditoria Interna; por demanda de Secretários de Estado ou Governador; por demanda externa (TCE, ALCE, etc.). A solicitação e disponibilização de informações e documentos ao auditado é realizada durante todo o processo. Cada produto entregue pela auditoria ao longo do processo (matrizes, relatórios etc.) será apreciado e validado por profissional competente com função hierárquica superior. Ao final, o Relatório de Auditoria será encaminhado, impreterivelmente, ao órgão/entidade auditado. Se houver indício de irregularidade será encaminhado ao TCE. Se houver indício de crime para o Ministério Público Estadual. E sempre que houver pertinência com atividades de outras coordenadorias será dada ciência à coordenadoria desta Controladoria.	<div>Subs Apresenta problemas críticos e/ou oportunidades substanciais</div> <div>Inc. Apresenta problemas e/ou oportunidades incrementais</div> <div>Ok Não apresenta problemas e oportunidades</div>

DATA	ALTERAÇÕES RELEVANTES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR
23/12/20	Elaboração do documento.